

Nova Indústria: 'dinheiro é pouco e caro'

Para Bernardini, política industrial está muito tímida

CTB



“Gasto com juros supera verbas da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social juntos”, denuncia Adilson

Os “juros da dívida extraíram do orçamento da União R\$ 614,55 bilhões em 2023”, denuncia Adilson Araújo, presidente da CTB, em artigo publicado no portal Rádio Peão Brasil. Adilson reforça a convocação para ato nacional contra o juro alto, no próximo dia 30, como “uma questão essencial hoje para a classe trabalhadora, os setores produtivos e a ampla maioria da nação brasileira”. **Página 5**



Onde se paga mais para especular que produzir, a indústria não avança, diz o diretor da Abimaq

O empresário Mário Bernardini considera que o dinheiro do programa Nova Indústria Brasil (NIB) “é pouco e é caro”. “É uma política muito tímida: tem somente R\$ 75 bilhões por ano para toda a indústria. É com dinheiro do BNDES,

que empresta com juro baseado na TLP de 12%. Com o spread bancário, num banco privado, o custo para uma empresa que for buscar dinheiro para comprar uma máquina sobe para 16% a 18%, enquanto a indústria tem ganho líquido de 8%. Não é possível pagar”, afirmou. **Pág. 2**

Lula comemora Embraer não ter sido entregue para Boeing

Leandro Paiva - Divulgação Psol



O presidente Lula criticou, em evento na sexta-feira (19), a tentativa de venda da Embraer para a americana Boeing e condenou a postura favorável do antigo governo de Jair Bolsonaro à desnacionalização da empresa brasileira fabricante de aviões. “Eu fiquei imaginando, como é que pode um país que tem uma empresa da magnitude da Embraer, com engenharia formada e preparada aqui, achar que é só vender, que tudo vai melhorar. Até quando a sociedade brasileira vai acreditar nessas coisas?”, falou o presidente Lula. **Pág. 3**

Gleisi: “Juro pago a rentistas abre buraco de 5% do PIB nas contas”

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, criticou os rentistas e seus aliados na mídia que querem cortar recursos da saúde, educação e dos aposentados para garantir seus ganhos exorbitantes. Gleisi criticou o editorial de jornal “que exige tirar recursos da saúde, da educação e dos aposentados para beneficiar os ricos”. “E nem se envergonha de mencionar que os juros da dívida pública (pagos aos ricos) abrem um buraco de 5% do PIB nas contas do governo”. **Pág. 3**

Paes reúne ampla frente e é lançado à reeleição no Rio

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, teve sua candidatura à reeleição confirmada, no sábado (20), em convenção do PSD. O candidato a vice-prefeito na chapa ainda não foi confirmado. Paes, que está em seu terceiro mandato, e já conta com o apoio do PCdoB, PT, PV, PDT e Solidariedade. **Pág. 4**

Haddad corta 15 bi do Orçamento para sustentar o arcabouço fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na quinta-feira (18) um corte de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024 com o objetivo de cumprir o arcabouço fiscal e a meta de déficit zero. “Nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões, para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço fiscal, até o final do ano”, declarou Haddad à imprensa. Segundo ele, o corte consiste “em R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude do excesso de dispêndio acima dos 2,5% previstos no arcabouço fiscal, e de R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento”. **Pág. 2**

Corte de Haia condena Israel por ocupar e roubar terras palestinas

Tribunal criado pelas Nações Unidas para arbitrar questões entre os 193 Estados-membros determinou que a presença continuada das tropas de Israel em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, “deve acabar o mais rapidamente possível”. **P 6**

Boulos é oficializado candidato a prefeito de SP, unindo 8 partidos

A candidatura de Guilherme Boulos (PSol) à Prefeitura de São Paulo, tendo a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) como vice, foi oficializada, na tarde do sábado (20), em convenção partidária com a presença do

presidente Lula e o apoio de oito partidos. O evento ocorreu no Expo Center Norte, na Zona Norte de São Paulo. O candidato Guilherme Boulos afirmou que não quer ser eleito para “sentar na cadeira

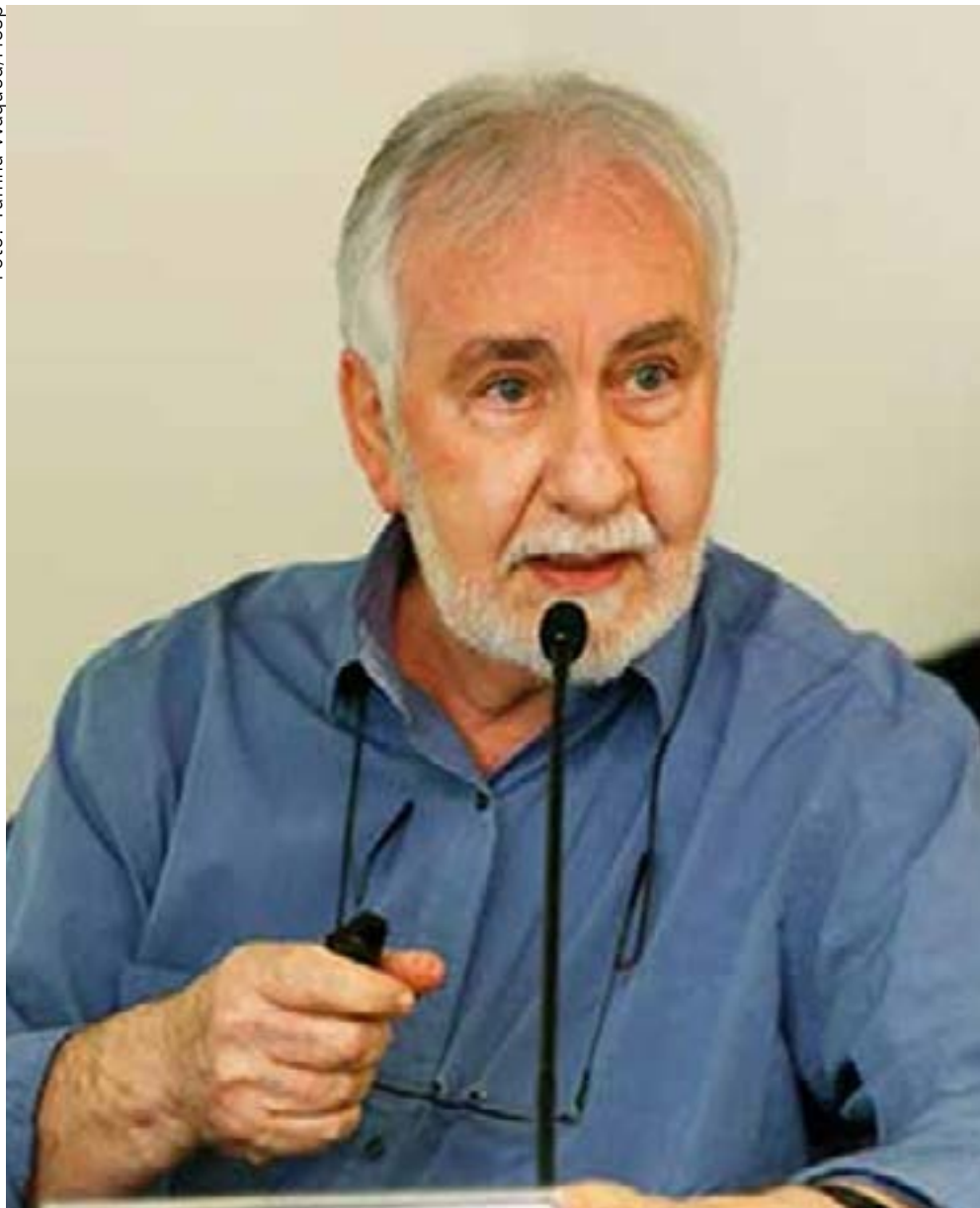
e ficar assinando papel. Queremos ganhar a Prefeitura para mudar a vida do povo, botar a periferia em primeiro lugar e fazer história em São Paulo”. Sobre a parceria com Marta Suplicy, que foi prefeita entre

2001 e 2005, Boulos disse que é a “parceria das moradias populares com os CEUs (Centro Educacional Unificado), das cozinhas solidárias com o Bihete Único, da coragem com a experiência”. **Pág. 3**

Biden anuncia a desistência de sua candidatura

Pág. 7

Dinheiro para “nova indústria” é pouco e caro, afirma Bernardini



“É uma política muito tímida: tem somente R\$ 75 bilhões por ano para toda a indústria”, diz Bernardini sobre o programa de reindustrialização



“Surto de importados” e o preço do gás destroem indústria nacional, diz Abiquim

Do início dos anos 1990 até maio de 2024, o nível de penetração das importações aumentou de 7% para 48%, segundo a entidade

Em maio de 2024, o índice de utilização da capacidade instalada da indústria química brasileira atingiu 58%, sendo o menor nível desde o início da série histórica da pesquisa, em 1990, conforme informações da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

“Nesse nível de operação não há atratividade para manter a produção atual e tampouco atrair novos investimentos para o setor”, afirmou a diretora de economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, na última quinta-feira (17), ao alertar que empresas acenam no momento para a hibernação de unidades. A economista atrela a “forte deterioração” da utilização da capacidade instalada do setor à enxurrada de produtos químicos importados que invadiu o Brasil, além do alto preço do gás. Do início dos anos 1990 até maio de 2024, o nível de penetração das impor-

tações subiu de 7% para 48% (na margem de doze meses), segundo Coviello Ferreira.

“Além da elevada participação das importações sobre a demanda nacional, deve-se registrar a manutenção do elevado déficit na balança comercial dos produtos químicos, que registrou um valor de US\$ 44,21 bilhões no acumulado dos últimos doze meses, até maio de 2024. A título de comparação, nos últimos doze meses, até maio de 2024, a balança comercial total do Brasil registrou um superávit de US\$ 100,2 bilhões, mostrando claramente um grave processo de desindustrialização da economia nacional”, afirma a diretora da Abiquim.

Para frear o que chama de “surto de químicos importados” no mercado interno, a Abiquim quer que o governo federal eleve a Tarifa Externa Comum (TEC) de 65 produtos químicos. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços (MDIC) analisa o pleito da Abiquim, que foi encaminhado à pasta em maio deste ano.

O setor também vem sendo fortemente impactado pelo preço do gás natural. Segundo a entidade, enquanto a indústria nacional paga pelo gás natural um valor de cerca de US\$ 14,6/MMBTU (sem impostos), o mesmo insumo é vendido por cerca de US\$ 2,82/MMBTU nos Estados Unidos e por US\$ 10/MMBTU na Europa.

“A Abiquim vem demonstrando ao governo como essa situação está insustentável. Este, por sua vez, está para editar o que talvez possa ser considerado um dos mais importantes projetos estruturantes para o Brasil, o Programa Gás para Empregar”, explica Fátima Giovanna.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/surto-de-importados-e-preco-dogas-destroem-industria-quimica-nacional-alerta-abiquim/>

“Em país que paga mais para quem faz aplicação financeira em detrimento do investimento na produção, a indústria não avança, não vai para frente”, observa Mário Bernardini, membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp e ex-diretor da Abimaq

O empresário Mário Bernardini, ex-diretor da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), afirma que “em país que paga mais para quem faz aplicação financeira em detrimento do investimento na produção, a indústria não avança, não vai para frente”.

O empresário criticou a alta taxa de juros cobrada no país, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, no sábado (20).

Bernardini, que integra o Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e assessora a presidência da Abimaq e a Abrava (associação dos fabricantes de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado), considera que o dinheiro do programa Nova Indústria Brasil (NIB) “é pouco e é caro”.

“INDÚSTRIA PRECISA DE JURO BAIXO”

“É uma política muito tímida: tem somente R\$ 75 bilhões por ano para toda a indústria. E com dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que empresta com juro baseado na TLP (Taxa de Longo Prazo), de 12%. Com o spread bancário, num banco privado, o custo para uma empresa que for buscar dinheiro para comprar uma máquina sobe para 16% a 18%, enquanto a indústria tem ganho líquido de 8%. Não é possível pagar. Resumindo: o dinheiro do programa é pouco e é caro”, afirmou.

Bernardini também declarou que há uma “absoluta falta de isonomia por parte do governo entre todos os setores econômicos”, pois enquanto a indústria recebe “um plano de R\$ 75 bilhões, com custo de até 18%”, a situação é “bem diferente” para o agronegócio, que “tem um Plano Safra de R\$ 450 bilhões, mas não paga quase nada de impostos — só 5%. A indústria arrecada 40% (de tributos)”.

Na avaliação de Bernardini, a indústria de transformação brasileira vai mal. “Já representou 35% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e atualmente varia entre 9% e 12%. Não se trata de falta de uma política industrial, como a que ocorreu mais de 40 anos atrás. Ela carece de um ambiente favorável, que abrange câmbio estável, juros e inflação baixos e crédito em condições e custos competitivos”, defendeu.

“A indústria precisa de juro baixo, pois a média do resultado (lucro líquido) das empresas é de 8% a 10%. Isso, considerando as melhores companhias, as de capital aberto, sem incluir o setor

financeiro”, constatou o empresário. “Mas o que vemos? Um juro que custa mais do que isso, o que é um contrassenso”, criticou Bernardini.

“Um ambiente econômico favorável é manter o juro abaixo do retorno médio de capital empregado pelas empresas”, prosseguiu o engenheiro de formação.

“Quando se decide montar uma fábrica local de chips, o governo aporta US\$ 20 bilhões e suporta até ganhar escala — isso é uma política de desenvolvimento econômico. Aqui, temos o exemplo da Embraer, que o governo suportou e ela levou de 10 a 15 anos para aprender a fazer aviões. Criou mercado para a mão de obra especializada em aeronáutica. É assim que se faz e é assim no mundo todo”, observou.

O empresário defendeu o avanço do investimento público em obras de infraestrutura.

“A indústria, para crescer, precisa de um ambiente favorável. Se eu der câmbio ajustado, juro baixo e inflação baixa, ela pode crescer ou não crescer. É o que chamo de condições necessárias. Mas ainda não é suficiente. Para isso, precisa de crédito, e principalmente de demanda. Como os outros países criam demanda para sua indústria básica? Com investimentos em infraestrutura, que requerem desde máquinas a materiais de construção. Obras de portos, hidrelétricas... Nos anos 1970, 1980, o Brasil investia 6% a 8% do PIB em infraestrutura, com demanda gerada direto para a indústria nacional. A partir dos anos 1980, o País quebra e tem a crise do petróleo e o neoliberalismo vira moda. Aí caímos de 8% para 2%. É a partir desse momento que a indústria de transformação brasileira começa a encolher”, disse Bernardini.

Ele prosseguiu. “Ao mesmo tempo, vimos uma queda de demanda e o surgimento de um ambiente hostil, visto a partir do Plano Real — que foi um feito e tanto —, mas que adotou a âncora cambial para estabilizar a moeda. Vimos juros de até 45% ao ano. A indústria foi submetida a um choque violento”, condenou.

“Acabaram com a indústria de transformação do País, reduzida à metade, e a dívida pública virou uma bola de neve. Para atrair capital, teve de pagar juros elevados, para recompor as reservas. Do nosso estoque da dívida, R\$ 7 trilhões a R\$ 8 trilhões, cerca de 80% são juros capitalizados, não gastos do governo. E continua a brincar de que pagamos de juros reais ao ano, descontada a inflação, não se resolve o superávit primário que está aí pedido. Teria de ser entre R\$ 300 bilhões e R\$ 400 bilhões. Praticamente impossível”, afirmou o empresário.

CNI: demanda fraca, câmbio e juros altos afetam indústria no 2º trimestre

A fraca demanda está entre os principais problemas da indústria, conforme levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado na última sexta-feira (19). A CNI entrevistou 1.492 empresas de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 1º e 9 de julho.

A demanda por consumo de bens e serviços vem sendo travada pelo alto nível da taxa de juros do Banco Central (BC), hoje em 10,5% ao ano. Em maio de 2024, a produção industrial nacional recuou 0,9% frente a abril de 2024 (-0,8%), com todos os macrosetores e a maioria dos seus ramos no vermelho. Diante do segundo resultado negativo consecutivo, em que a indústria acumula perda de 1,7% no período, o setor eliminou o ganho de 1,1% obtido entre fevereiro e março deste ano.

A demanda insuficiente (26,3%), a falta ou alto custo da matéria-prima (23,1%), a taxa de câmbio (19,6%) e os juros elevados (19,4%) figuraram entre os principais problemas do empresariado industrial no segundo trimestre de 2024. Estes só ficam atrás da alta carga tributária

(35,5%), que é uma reclamação histórica dos empresários e dificilmente cai da primeira colocação do ranking de problemas da indústria, que permite múltiplas escolhas. Também no segundo trimestre deste ano, destaca a CNI, a preocupação com a taxa de câmbio “teve um avanço significativo, subindo da 17ª para a 4ª colocação”. “O percentual de indústrias que apontam a taxa de câmbio como um dos três principais problemas enfrentados no trimestre subiu de 5,6% para 19,6% entre o primeiro e o segundo trimestres de 2024”.

No último período, o real apresentou desvalorização frente ao dólar, não somente por questões externas, mas pelos ataques de especuladores do mercado financeiro interno e externo que pressionam o governo brasileiro para cortes de investimentos públicos, além das retiradas de benefícios e direitos sociais, com o objetivo de proteger o pagamento dos juros da dívida pública, que segue sem limitação de normas fiscais e pagando somas que chegam a mais de R\$ 700 bilhões por ano.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Governo confirma o corte de R\$ 15 bi no orçamento deste ano

Decisão “reforça compromisso do governo com as regras fiscais”, segundo a Fazenda

A área econômica do governo federal oficializou nesta segunda-feira (22) o corte de R\$ 15 bilhões em verbas do Orçamento de 2024, conforme anunciou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada.

No “Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias” divulgado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, do terceiro bimestre de 2024, consta que serão bloqueados R\$ 11,2 bilhões, “em decorrência do aumento das despesas obrigatórias (Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Previdenciários)”, e contingenciados outros R\$ 3,8 bilhões no Orçamento de 2024.

O detalhamento do bloqueio de recursos, por órgão, será divulgado no próximo dia 30 de julho.

O bloqueio ocorre quando os gastos ultrapassam o limite do novo “arcabouço fiscal”, que substituiu a partir deste ano a regra do antigo teto de gastos criado no governo Temer, em 2017. Já o contingenciamento (limitação de empenho), se dá para manter as contas públicas dentro da meta fiscal — absurdamente rígidas — de déficit zero neste ano. A meta fiscal considera uma margem de tolerância de um déficit de até R\$ 28,8 bilhões.

As verbas bloqueadas e contingenciadas podem retornar para as pastas com a melhora da receita ao longo dos próximos meses deste ano. Os detalhes dos cortes serão divulgados no próximo dia 30 de julho, em decreto presidencial.

Em entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, garantiu que “não há necessidade de revisão de meta fiscal deste ano” e que o congelamento orçamentário de R\$ 15 bilhões “reforça compromisso do governo com as regras fiscais”.

“Os limites de despesas serão respeitados e, conforme disse o presidente [Lula], bloqueios serão feitos”, afirmou Ceron. “Ainda que tenhamos pressões sobre as obrigatórias, os limites de despesa serão respeitados”, disse.

Tanto o “arcabouço fiscal” quanto a meta fiscal de déficit zero neste ano são idealizações da equipe econômica do governo, que foram criadas como forma de agradar o mercado financeiro, representado por meia dúzia de banqueiros e fundos especulativos nacionais e estrangeiros, que busca aprofundar a política de “ajuste fiscal” das contas públicas. Com outros nomes, o “ajuste fiscal” (leia-se arrocho fiscal) já persiste no país há mais de uma década para proteger o pagamento dos juros, que ultrapassa os mais de R\$ 700 bilhões por ano.

No início de julho, Fernando Haddad anunciou um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias no projeto de lei orçamentária de 2025. Neste caso, o corte é definitivo. A soma retirada vai para o rentismo, via o pagamento dos juros e demais serviços da dívida pública. O projeto de lei orçamentária de 2025 será apresentado em agosto ao Congresso Nacional.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Tâma Waqued/Fiesp

Foto: MDIC



Victor X

Com Lula e apoio de 8 partidos, Boulos é oficializado candidato a prefeito da capital paulista

A candidatura de Guilherme Boulos (PSol) à Prefeitura de São Paulo, tendo a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) como vice, foi oficializada, na tarde do sábado (20), em convenção partidária com a presença do presidente Lula e o apoio de oito partidos. O evento ocorreu no Expo Center Norte, na Zona Norte de São Paulo.

O candidato Guilherme Boulos afirmou que não quer ser eleito para “sentar na cadeira e ficar assinando papel. Queremos ganhar a Prefeitura para mudar a vida do povo, botar a periferia em primeiro lugar e fazer história em São Paulo”.

Sobre a parceria com Marta Suplicy, que foi prefeita entre 2001 e 2005, Boulos disse que é a “parceria das moradias populares com os CEUs (Centro Educacional Unificado), das cozinhas solidárias com o Bilhete Único, da coragem com a experiência”.

O presidente Lula começou seu discurso pedindo para que os aliados de Boulos, como os ex-prefeitos Marta e Luiza Erundina, se juntassem para uma foto para que os eleitores “compararem quem está com o nosso adversário e quem está conosco”.

Lula falou que “é muito fácil governar São Paulo se for fazer ponte só para favorecer quem tem carro. É fácil se for limpar onde já está limpo. A periferia é que está abandonada”.

“É possível a gente olhar para a periferia, para os meninos e meninas negras, para as mulheres pobres, e dizer que é para vocês que a gente quer governar e fazer as coisas sem medo de ofender ninguém”, continuou.

A vitória de Guilherme Boulos é “a única possibilidade da gente devolver a dignidade para o povo de São Paulo”, disse.

A pesquisa Datafolha mostra que as avaliações positivas e negativas do governo Lula estão empatadas com 34%. Já a avaliação “regular” é de 31%.

O Instituto também demonstrou que 61% dos eleitores rejeitam qualquer nome indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Já 45% dos eleitores rejeitam um nome apoiado pelo atual presidente.

Marta Suplicy falou que estava emocionada com o evento e que acredita “na nossa união e na nossa frente democrática”.

“É daqui que abandonaremos de vez o ódio que atrapalha nossas vidas. É daqui que trilharemos um caminho de pacificação nacional”, declarou.

A ministra da Ciência e presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, participou da convenção e disse que a vitória de Guilherme Boulos será a “vitória da democracia, da inclusão e do desenvolvimento”.

Luciana apontou que o governo Lula está “reconstruindo essa nação, tocando políticas públicas que estavam abandonadas”, citando a valorização real do salário mínimo e o aumento nos empregos.

Ela ainda destacou a importância da “agenda do desenvolvimento para que o Brasil volte a cumprir seu papel no mundo”.

A ex-prefeita Luiza Erundina, que esteve à frente da cidade entre 1989 e 1993, falou que Boulos “vai governar com o povo” para “botar o poder a serviço da maioria”.

Já Fernando Haddad, ex-prefeito e atual ministro da Fazenda, apontou que “Boulos não representa só a reconstrução do Brasil. Ele representa também o resgate de uma tradição aqui da cidade de São Paulo que começa com a prefeita Erundina”.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou que “São Paulo tem conhecimento, tem dinheiro e tem tecnologia e deve colocar a serviço de um novo ciclo de prosperidade com democracia, com combate à desigualdade e com sustentabilidade”.

APOIO DE OITO PARTIDOS

A candidatura de Guilherme Boulos e Marta Suplicy tem o apoio do PSol, PT, PCdoB, Rede, PDT, PV, PCB e PMB.

Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, falou que o atual prefeito, Ricardo Nunes, “tenta esconder”, mas é “o candidato do Bolsonaro”. Para ela, “a eleição de São Paulo é importante não só para a cidade, mas para o Brasil”.

Antonio Neto, que preside o PDT em São Paulo, disse que a cidade “está abandonada” pelo atual prefeito, Ricardo Nunes, e celebrou a participação de Marta Suplicy na chapa com Boulos. “Todo mundo lembra de suas ações no transporte, na educação e na saúde”, disse.

“A Embraer está aqui e não foi vendida à Boeing”, celebra Lula



Ricardo Stuckert/PR

Presidente com Aloizio Mercadante e com Executivo da Embraer ao anunciar recursos

Juro pago a rentistas “abre buraco de 5% do PIB nas contas do governo”, afirma Gleisi

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, criticou os rentistas e seus aliados na mídia que querem cortar recursos da saúde, educação e dos aposentados para garantir seus ganhos exorbitantes.

Em sua rede social, Gleisi criticou o editorial de jornal “que exige tirar recursos da saúde, da educação e dos aposentados para beneficiar os ricos”. “E nem se envergonha de mencionar que os juros da dívida pública (pagos aos ricos) abrem um buraco de 5% do PIB nas contas do governo”.

Também pela rede social X (antigo Twitter), Gleisi afirmou que “os juros e o projeto de ‘autonomia’ do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para o órgão são ‘indecentáveis’”.

Para ela, é absurdo que o Banco Central tenha decidido manter a taxa Selic em 10,50%. Em 2023, o país gastou

mais de R\$ 700 bilhões com pagamentos de juros.

Roberto Campos Neto, que chegou à Presidência do BC por indicação de Jair Bolsonaro, tem patrocinado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca a “autonomia financeira” para o órgão.

Gleisi Hoffmann lembrou que “o Banco não tem ‘receitas próprias’. A fortuna que ele administra são as reservas que pertencem ao país, ao povo brasileiro, motivo essencial para que sua diretoria seja nomeada (e demissível) pelo governo eleito, não pelo derrotado”.

A dirigente disse ainda que Campos Neto “nunca teve” independência política.

“O governo do inelegível [Jair Bolsonaro] não estava nem aí para a oferta de crédito, investimento, empregos e crescimento do país, missões do BC. Os juros estratosféricos em 2022 foram o preço cobrado

para conter a disparada da inflação, enquanto o inelegível despejava bilhões na praça irresponsavelmente para comprar votos”, disse.

“Nada justificava manter os maiores juros reais do planeta no governo Lula. Campos Neto, seus juros e seu projeto de ‘autonomia’ são indefensáveis”, falou.

Com a PEC da autonomia financeira, Campos Neto “que se apresenta tão rigoroso com as contas do governo (exceto com a dos juros da dívida, que ele faz explodir sem dó), quer liberdade total para gastar o dinheiro público”.

“Pela PEC da nova ‘autonomia’, o BC ficaria imune às regras do orçamento, ‘independente’ das consequências do resultado fiscal, contratando sem concurso e fixando salários fora do teto constitucional. Não é mesmo uma graça?”, escreveu, criticando um editorial apoiando a proposta.

José Múcio pede fim da sangria de verbas no setor de Defesa Nacional

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, reuniu-se com o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, na quarta-feira (17), e pediu que sua pasta não sofra mais cortes no orçamento em 2024 e 2025.

A equipe técnica de Múcio apresentou dados sobre a evolução de gastos e investimentos na Defesa ao longo dos anos e demonstrou a sangria sentida pelo setor. Ele lembrou que o orçamento da Defesa sofreu uma queda de 47% nos últimos dez anos, passando de R\$ 17 bilhões em 2014 para R\$ 11,65 bilhões em 2023, e defendeu a necessidade de acabar com essa redução.

“Não perguntei ao [Fernando] Haddad se vamos ser cortados ou não [neste ano], mas fiz questão de mostrar a ele nossa realidade para sermos merecedores de julgamento justo. Estou otimista [que Defesa vai escapar dos cortes]. Aqui a gente não aguenta mais corte”, disse o ministro. Essa discussão se dá no momento em que Haddad informou a imprensa que aconselhará o presidente a bloquear R\$ 10 bilhões do Orçamento este ano e cortar R\$ 25 bilhões no ano que vem.

Os bloqueios no Orçamento são apresentados pela área econômica do governo por conta

das regras propostas pelo arcabouço fiscal, elaborado pelo próprio ministro Fernando Haddad. Na verdade, foi criado um novo “teto” que obriga os cortes quando as despesas estão próximas de superar esse novo “teto”, estabelecido pelo arcabouço.

A situação ficou ainda mais difícil com o estabelecimento simultâneo, pela área econômica, de zerar o déficit fiscal em 2024 e 2025. Economistas consideram que sair de um déficit de R\$ 230 bilhões em 2023 para zero em 2024 é um arrocho muito forte sobre o país.

O contingenciamento atinge os gastos discricionários (não obrigatórios) – geralmente usados como investimentos, exatamente o que está sendo considerado fundamental para que o país possa sair da crise e da estagnação e retomar o crescimento sustentado. Haddad disse na terça-feira (16) que “possivelmente”

devem ser realizadas restrições na peça orçamentária e apontou o valor de R\$ 10 bilhões.

O ministro da Defesa ressaltou que a pasta está repensando pagamentos e obrigações financeiras devido à escassez de verba. Ele também mencionou a importância de projetos como a construção da fragata e do submarino de Itaguaí (RJ), que estão ameaçados pelos cortes. Múcio afirmou que o orçamento da pasta teve um corte de R\$ 280 milhões em 2024, ficando com o menor volume de recursos em uma década.

Segundo ele, essa redução compromete a capacidade das Forças Armadas de cumprir suas funções. O ministro José Múcio já havia se reunido com o presidente Lula e com representantes da Casa Civil ao longo do mês para falar sobre o assunto. Ele cobra mais investimentos na área de Defesa Nacional.



Ministro da Defesa, José Múcio. (Fotomontagem HP)

“Graças a Deus não deu certo e a Embraer está aqui outra vez”, disse Lula. Mercadante, presidente do BNDES, repudiou “a atitude predatória da Boeing contra uma empresa brasileira”.

O presidente Lula criticou, em evento na sexta-feira (19), a tentativa de venda da Embraer para a americana Boeing e condenou a postura favorável do antigo governo de Jair Bolsonaro à desnacionalização da empresa brasileira fabricante de aviões.

“Eu fiquei imaginando, como é que pode um país que tem uma empresa da magnitude da Embraer, com engenharia formada e preparada aqui, achar que é só vender, que tudo vai melhorar. Até quando a sociedade brasileira vai acreditar nessas coisas?”, falou o presidente Lula.

“Eu fiquei muito triste quando eu acompanhava pela imprensa que o governo estava facilitando a venda da Embraer para a Boeing e que a Embraer ia ficar com menos gente aqui e que a Boeing ia produzir o avião”, continuou.

“Graças a Deus não deu certo e a Embraer está aqui outra vez”, disse.

A Embraer e a Boeing anunciaram, em 2018, um acordo de joint venture na qual a empresa brasileira teria participação de 20% e com possibilidade de vender sua parte a qualquer momento.

Em 2019, Jair Bolsonaro anunciou que não iria vetar a venda da Embraer, mesmo podendo fazê-lo. No ano seguinte, a Boeing, por suas dificuldades financeiras, desistiu do acordo. Lula participou de um evento

Deputado entra com projeto declarando a Avibrás “empresa de utilidade pública”

Foi apresentado, na quinta-feira (18), na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP), o Projeto de Lei (PL) 2957/2024, que “Declara a desapropriação por utilidade pública da empresa Avibrás Indústria Aeroespacial S/A, nos termos que especifica”. A informação é do comandante Robinson Farinazzo, do canal “Arte da Guerra”.

O deputado, que também é pré-candidato a prefeito da cidade de São Paulo, argumenta no projeto que “o planejamento estratégico da Indústria de Defesa deve ser prioridade para qualquer país que pretenda ter Soberania Nacional, para a qual é imprescindível hoje a Avibrás, a maior empresa privada do segmento de defesa do Brasil”.

Na prática, o PL 2957/2024 de Boulos defende a nacionalização da empresa, que passaria a ser controlada pelo Estado brasileiro.

O comandante e ex-capitão de fragata da Marinha, Robinson Farinazzo comemorou a iniciativa do deputado, enfatizando a importância de uma solução que mantenha a Avibrás sob controle brasileiro. Para ele “esta iniciativa torna-se fundamental para a soberania do Brasil”.

O militar conclama em seu canal “Arte da Guerra”, que tem centenas de milhares de seguidores, que neste momento, independentemente de viés ideológico, “é fundamental que você escreva e pressione seu deputado pela aprovação deste projeto, que, reitero, é de importância capital para o Brasil”.

Em recente reportagem, publicada pelo HP, já se revelavam os problemas financeiros vividos pela Avibrás e por outras empresas da área de Defesa. O professor Edu-

ardo Siqueira Brick, de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na Universidade Federal Fluminense (UFF), alertou, na ocasião, para a necessidade de maior envolvimento do Estado nacional na solução dos problemas da Avibrás, uma empresa estratégica para o país.

Citando algumas empresas que passaram por graves crises nos últimos anos, como os casos emblemáticos da MECTRON e da própria Avibrás, Eduardo Siqueira Brick afirmou ser “necessário tomar uma decisão política, que virá necessariamente de Brasília”. “Política de defesa não é atribuição das Forças Armadas, mas, sim, do Estado do Brasil. As Forças Armadas são instrumentos de defesa”, afirmou o especialista.

A iniciativa do deputado pressiona o governo para defender a empresa estratégica e se soma ao empenho dos militares que não querem a desnacionalização da Avibrás.

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, por exemplo, afirmou, em audiência na Câmara dos Deputados, realizada em abril, que o Exército “está trabalhando para tentar interromper a venda da Avibrás”. “Estamos totalmente empenhados na solução dos problemas da Avibrás”, disse o comandante.

“Estamos trabalhando e temos todo o interesse em resolver os problemas desta empresa porque ela é uma empresa estratégica de defesa e o Exército é o mais interessado em que isso se resolva da maneira mais rápida possível”, acrescentou o general, ao responder a uma pergunta sobre a notícia de que a empresa estaria em dificuldades financeiras e sendo vendida para um grupo australiano.

Datafolha: 53% dos evangélicos de SP são contra proposta do PL do Estuprador

Apenas 29% apoiaram. Além disso, 66% disseram ser contra ter arma em casa e 77% se colocaram contra o ‘homeschooling’, ou seja, a criação estudar em casa. Pesquisa ouviu 613 moradores de São Paulo, entre 24 e 28 de junho.

O levantamento realizado pelo Datafolha, entre os dias 24 e 28 de junho, vai na contramão do PL do Estuprador e aponta que 53% dos evangélicos paulistanos são contra que a mulher que interrompe uma gravidez seja processada e vá para cadeia.

Ao responder à pergunta: “Você é a favor ou contra que a mulher que interrompe uma gravidez seja processada e vá para cadeia?”,

53% responderam ser contra. O PL 1.904/24, do deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros 32 deputados bolsonaristas, está em discussão na Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, amplamente rejeitado pela população brasileira, a mulher que abortar depois de 22 semanas de gravidez, ocasionada por estupro, que a lei atual permite, será apenas em 20 anos de prisão. Para o estuprador, a pena é de 10 anos.

Desse modo, pela proposta, a mulher estuprada é punida 2 vezes, enquanto o criminoso é beneficiado, com penas 2 vezes menor. Por essa razão, o projeto de lei ganhou o prosaico apelido de “PL do Estuprador” ou “PL do Estupro”.

“A truculenta e autoritária privatização da Sabesp”

Prevaleceu o interesse privado, em oposição a argumentos e estudos técnicos, bem como à manifestação da população em favor da Sabesp pública, denuncia Carlos Antonio Hannickel, do SEESP

CARLOS ANTONIO HANNICKEL*

É revoltante como está sendo conduzido, pelo Governo do Estado, o chamado processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Os trâmites a sua aprovação se deram de forma truculenta, autoritária e antidemocrática, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como na Câmara Municipal da Capital, que aprovou Projeto de Lei do Executivo de forma célere, abdicando de importantes prerrogativas ao município e à população paulistana. Entre elas, a assunção dos serviços pela Prefeitura, tendo-se em conta a abrangência da população atingida pelos serviços, bem como que o retorno ao município de toda a infraestrutura instalada estava previsto, a custo zero, para 2039.

As audiências públicas levadas a efeito na Câmara e, não obstante, o relevante número de profissionais altamente qualificados no assunto alertando sobre as consequências dessa privatização, foram ignorados. Foi um teatro deprimente e vergonhoso operado pelos vereadores governistas para tentar justificar o seu voto, em sua grande maioria desprovidos de conhecimento do assunto, embora o objeto em questão fosse um elemento vital: água. Prevaleceu o interesse privado, em oposição a argumentos e estudos técnicos, bem como à manifestação da população em favor da Sabesp pública, lamentavelmente.

Mesmo com beneplácito da grande mídia, escamoteando informações, 61% da população paulistana já se manifesta contrária à privatização da Sabesp. Ou seja, esse será tema determinante nas próximas eleições.

Mas a quem interessa a privatização da Sabesp?

Cabe ressaltar que a cidade de São Paulo concentra 12 das 29 milhões de pessoas atendidas pela Sabesp no Estado, bem como responde por 50% da sua receita financeira. Na

capital, 99,29% têm acesso a água tratada, 97,24% têm coleta de esgoto, sendo 75,24% tratado. Números estes que praticamente tornam o serviço no município devidamente universalizado, cabendo ressaltar que os bolsões habitacionais, hoje não atendidos, assim se encontram por ocuparem áreas de proteção ambiental ou de mananciais, onde a Sabesp por razões de ordem legal não pode chegar.

No dia 3 de junho último, o governador anunciou a aprovação da nova governança da Sabesp com vistas a concluir esse processo ainda no decorrer do mês de julho. Na oportunidade, no Portal do Governo, Natália Resende, secretária estadual do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, saudou a iniciativa: “Desde a fase zero, a gente está falando que quer que a Sabesp seja uma plataforma multinacional. A gente quer que ela cresça e seja referência em São Paulo, no Brasil, na América Latina e no mundo. E ela vai ser.”

Não fossem trágicas as perspectivas, essa fala demonstra desconhecimento absoluto sobre a companhia, que já é referência no Estado, no País e na região. Universalização dos serviços não é entregar o patrimônio público e transformar a Sabesp numa plataforma multinacional!

Esse processo eivado de irregularidades é objeto de várias ações que já tramitam no Judiciário, as quais, certamente, deverão resgatar princípios básicos da administração pública.

Assim, cabe a nós que nos posicionamos contrários à liquidação da maior infraestrutura de saúde pública do Estado de São Paulo continuar lutando, sobretudo agora, nas próximas eleições, para que esse crime contra a população de São Paulo não seja consumado.

*Carlos Antonio Hannickel é assessor especial do SEESP. Publicado originalmente no portal da entidade.

Paes reúne ampla frente no Rio e é lançado candidato à reeleição

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, teve sua candidatura à reeleição confirmada, no sábado (20), em convenção do PSD. O candidato a vice-prefeito na chapa ainda não foi confirmado.

Paes, que está em seu terceiro mandato, já conta com o apoio acordado com PCdoB, PT, PV, PDT e Solidariedade.

Em discurso, o prefeito falou que “busquei fazer um 2º mandato melhor do que o 1º. Busquei e acho que fiz o 3º mandato o melhor dos meus mandatos e quero dizer que a gente vai fazer um mandato ainda melhor se voltarmos à administração da Prefeitura do Rio”.

A pesquisa Datafolha realizada no começo de julho mostra que Eduardo Paes tem 53% das intenções de voto, enquanto o segundo lugar, Tar-

císio Motta (PSol), tem 9%.

O candidato de Jair Bolsonaro, Alexandre Ramagem, aparece com 7%. Ele é citado pela Polícia Federal como membro da organização criminosa que instalou uma estrutura paralela na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a qual chefiou, para espionar ilegalmente adversários de Bolsonaro.

Na segunda-feira (15), Eduardo Paes teve uma reunião com dirigentes do PCdoB, PT, PV, PDT e Solidariedade para discutir sua candidatura. Os partidos disseram que vão apoiá-lo, ainda que não tenha definido seu candidato a vice-prefeito.

Eduardo Paes tem até o dia 5 de agosto para indicar quem vai completar sua chapa na disputa pela Prefeitura do Rio de Janeiro.



“Busquei e acho que fiz o 3º mandato o melhor dos meus mandatos”, disse o candidato à reeleição no Rio



“Cabe a nós que nos posicionamos contrários à liquidação da maior infraestrutura de saúde pública de São Paulo continuar lutando”

Com forte presença feminina, Brasil deve disputar pódio em 39 modalidades nas Olimpíadas de Paris

Faltando 9 dias para o início dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, a delegação brasileira para o evento está fechada e, pela primeira vez na história, com a presença feminina superando a masculina. O Brasil levará à França 277 atletas classificados, sendo 153 mulheres (55% da delegação). Em Tóquio, no Japão, as mulheres representavam 47% dos atletas.

O Time Brasil estará em ação em 39 modalidades: águas abertas, atletismo, badminton, basquete (masculino), boxe, canoagem slalom, canoagem velocidade, ciclismo BMX Racing, ciclismo BMX Freestyle, ciclismo estrada, ciclismo mountain bike, esgrima, futebol (feminino), ginástica artística, ginástica rítmica, ginástica trampoline, handebol (feminino), hipismo adestramento, hipismo CCE, hipismo saltos, judô, levantamento de pesos, natação, pentatlo moderno, remo, rúgbi (feminino), saltos ornamentais, skate, surfe, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei, vôlei de praia e wrestling.

Para Rogério Sampaio, Diretor-geral do COB e Chefe da Missão Paris 2024, avalia que “existe sim uma chance real de termos mais medalhistas mulheres do que homens pela primeira vez em Jogos Olímpicos. No Pan de Santiago já tivemos

mais medalhas de mulheres, foi a primeira vez em um evento multiesportivo que isso aconteceu. É a chance de acontecer isso em Paris também é grande, porque temos mais mulheres na delegação e temos muitas delas com histórico recente de grandes desempenhos em nível internacional”, afirmou.

Esses 277 atletas do Time Brasil em Paris 2024 significam a nossa terceira maior delegação olímpica da história, atrás apenas da Rio 2016 e Tóquio 2020 e empatada com Pequim 2008.

Nos Jogos Olímpicos Tóquio, que foram disputados em 2021 por conta da pandemia, o Brasil conquistou 21 medalhas. Foram 7 ouros, 6 pratas e 8 bronzes, feito que assegurou a 12ª colocação no quadro de medalhas, tanto em número de ouros quanto em quantidade total de medalhas.

O judô brasileiro foi ao pódio 24 vezes em Jogos Olímpicos (4 ouros, 3 pratas e 7 bronzes) e é a modalidade com a maior sequência de edições seguidas conquistando medalhas para o Brasil. São dez, desde Los Angeles 1984. Vela e atletismo dividem o segundo posto com 19 medalhas cada.

O campeão olímpico e dono de dois bronzes, o cavaleiro Rodrigo Pessoa, disputará a sua oitava edição dos Jogos Olímpicos de verão e se tornará o maior recordista brasileiro, superando Robert Scheidt (vela) e Formiga (futebol),

com sete. Se considerarmos qualquer edição de Jogos, Pessoa igualará Jaqueline Mourão, que tem três participações em edições de verão e cinco de inverno.

BOLSA ATLETA
De acordo com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), dos 277 convocados, 247 fazem parte do programa Bolsa Atleta, concedido pelo Ministério do Esporte, o que representa 89,17% dos esportistas brasileiros.

O ministro do Esporte, André Fufuca, que será o chefe do esporte brasileiro durante os Jogos Olímpicos, destaca a relevância desse número. “Quase a totalidade dos atletas que estarão em Paris recebe o benefício do Ministério do Esporte. Isso mostra que estamos no caminho certo e que os esportistas apoiados estão se mantendo em alto rendimento com o incentivo do governo. Isso é bom para o esporte, é bom para o Brasil. Parabéns aos convocados e boa sorte a todos na competição”, diz Fufuca.

A lista inclui nomes como Rebeca Andrade, da ginástica; Rayssa Leal, do skate; a judoca Rafaela Silva; Abner Teixeira, do boxe; Ana Marcela Cunha, da natação em águas abertas; Marta, do futebol; e Beatriz Haddad, do tênis. Todos eles estão entre os esportistas que recebem o benefício do Governo Federal.



Luciano Ducci é aclamado em convenção da Federação Brasil da Esperança em Curitiba

Neste sábado (20), em Curitiba (PR), ocorreu a convenção municipal da Federação Brasil da Esperança, dos partidos PT, PCdoB e PV, na sede da Fetraconsp. A convenção contou com os pré-candidatos à prefeitura de Curitiba Luciano Ducci (PSB) e seu vice na chapa, Goura Nataraj (PDT).

Os pré-candidatos foram aclamados quando tiveram seus nomes anunciados pela presidente da federação, Alzimara Bacellar, que também é presidente do PCdoB em Curitiba. “Vamos receber o nosso candidato a prefeito”, conclamou Alzimara chamando Ducci à mesa. Em seguida, foi anunciado o nome de Goura, igualmente muito aplau-

dido pelos participantes da convenção, que lotaram o auditório.

“Estou muito, muito, muito feliz mesmo”, disse Ducci ao falar aos convençionais. “Quero agradecer por todo esse apoio. Hoje concretizamos essa aliança de responsabilidade por Curitiba, disse Ducci no evento da Federação.

Goura lembrou que “essa construção não é da noite para o dia”. Os partidos já vêm conversando desde o ano passado sobre unir forças para disputar essa eleição em Curitiba. “Eu garanto para vocês que está tudo muito bem encaminhado para compor essa aliança”, disse. A definição sobre o apoio do PDT ainda depende de decisão da exe-

cutiva nacional do partido.

Antes da convenção da federação, os três partidos individualmente fizeram suas próprias convenções. Todas aprovaram a aliança com o PSB, com Ducci.

Angelo Vanhoni, presidente municipal do PT afirmou em entrevista que os debates fazem parte da história do PT. Ele também adiantou que o partido espera contar com a adesão do PDT nesta aliança com Ducci, mas vai esperar a decisão do diretório nacional do partido de Goura. “Queremos que o PDT venha nessa frente”, disse. Mas, caso a decisão da direção nacional do PDT seja outra, o próprio PT tem nomes a oferecer para compor a chapa como vice de Ducci.



Projeto foi aprovado sob forte repressão contra estudantes 85,1% dos diretores rejeitam fascistização de escolas por Tarcísio

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) divulgou um levantamento que mostra apenas 14,9% dos diretores da rede estadual interessados em atuar em escolas de cívico-militares, que o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos) está empenhado em criar.

De acordo com o levantamento divulgado pela Secretaria de Educação, apenas 302 diretores se colocaram a favor do projeto em uma consulta realizada na última semana de junho. A pesquisa consultou os diretores de escolas que supostamente atendiam a critérios pré-definidos pelo governo, como baixo desempenho escolar, localização em áreas vulneráveis, entre outros. Ao todo, mais de 2 mil escolas foram qualificadas para a consulta.

O ataque à gestão escolar pelo governador bolsonarista com a intervenção de policiais militares na gestão das escolas de São Paulo não possui qualquer justificativa pedagógica, ou melhoria da educação. Uma ação de cunho fascista que pretende reprimir a democracia nas escolas.

O objetivo é o de transformar o ambiente escolar em um território de doutrinação ideológica, para, nas palavras de Tarcísio, criar “novos Bolsonaros”.

Para a presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Valentina Macedo, a declaração de Tarcísio “desmascara a mentira de quem diz que a militarização vai resolver os problemas da educação. Esse projeto, que foi aprovado inclusive por quem defende o escolar sem partido, é a galera que, na verdade, quer uma escola com o partido deles e com a ideologia fascista deles”.

Ela relembra que enquanto o governo tenta intervir na direção das escolas, tenta aprovar na Alesp um corte de R\$ 10 bilhões na Educação de São Paulo. “É contraditório esse projeto ter sido aprovado a toque de caixa, com estudantes sendo agredidos e presos para se manifestar, enquanto o governo e seus aliados tentam passar um corte que tira 10 bilhões de educação. Os estudantes não querem estudar ‘novos Bolsonaros’. A gente quer uma escola de qualidade com investimento”, criticou.

“Lugar de policial não é dentro de escola. É fora dela, defendendo a população”, ressaltou a líder estudantil.

Casos de estupro cresceram 6,5% em 2023 e meninas de até 13 anos são maioria

O Brasil registrou um crime de estupro a cada seis minutos em 2023, o que representa um aumento de 6,5% em relação a 2022. Com um total de 83.988 casos de estupros e estupros de vulneráveis registrados, o país atingiu um triste recorde. As mulheres são a maioria das vítimas e os agressores estão, na maior parte das vezes, dentro de casa.

Os dados são do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta quinta-feira (18), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Além do recorde em estupros, a publicação aponta o aumento dos registros em todas as modalidades de violência contra a mulher no país e mostra que o perfil dos agressores é constante: quase a totalidade é homem – algo que pode parecer óbvio sobretudo para as mulheres, mas, como defende o Fórum, é preciso ser lembrado principalmente quando se pensa em políticas públicas para prevenir esse tipo de crime.

Dentre as ocorrências de estupro verificadas em 2023, 76% correspondem ao crime de estupro de vulnerável, tipificado na legislação brasileira como a prática de conjunção carnal ou ato libidinoso com vítimas menores de 14 anos ou incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade.

O anuário constatou que o perfil das vítimas não mudou significativamente em relação aos anos anteriores. São meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%).

Também não houve variações na autoria e no local do crime: 84,7% dos agressores são familiares ou conhecidos, que cometem a violação nas próprias residências das vítimas (61,7%). As vítimas de até 17 anos compõem 77,6% de todos os registros.

O anuário chama a atenção para a prevalência de estupros de crianças e adolescentes na faixa de 10 a 13 anos, com 233,9 casos para cada 100 mil habitantes, uma taxa quase seis vezes superior à média nacional, de 41,4 por 100 mil. No caso de bebês e crianças de 0 a 4 anos, a taxa de vítimas de estupro chegou a 68,7 casos por 100 mil habitantes, 1,6 vezes superior à média no país.

A maioria dessas vítimas é do sexo feminino. Entre os meninos, a maior incidência de estupros ocorre entre os 4 e os 6 anos de idade, caindo drasticamente à medida que se aproxima a vida adulta.

A taxa média nacional de estupros e estupros de vulnerável foi de 41,4 por 100 mil habitantes. Os estados com as maiores taxas isoladas foram Roraima, com 112,5 por 100 mil; Rondônia, com 107,8 por 100 mil; Acre, com 106,9 por 100 mil; Mato Grosso do Sul, com 94,4 por 100 mil; e Amapá, com 91,7 por 100 mil. Em relação aos municípios, Sorriso (MT) lidera a lista, com 113,9, seguido por Porto Velho (RO), com 113,6, Boa Vista (RR), com 101,5, Itaituba (PA), com 100,6, e Dourados (MS), com 98,6.

'Gasto com juros supera orçamentos da Saúde e Educação juntos', diz Adilson



Adilson convocou trabalhadores para ato unificado contra os juros no dia 30



Centrais convocam manifestação no Banco Central contra sabotagem dos juros altos

As centrais sindicais convocaram uma manifestação nacional pela redução das taxas de juros para o próximo dia 30 de julho, com atos em todos os estados e cidades onde o Banco Central (BC) possui agências.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, "trata-se de uma luta central para o movimento sindical e para a classe trabalhadora."

Adilson destaca que "as altas taxas de juros reais praticadas em nosso país deprime o consumo e os investimentos, impacta de forma negativa o orçamento público e constitui, por tudo isto, um grande obstáculo ao crescimento da economia, redução do desemprego, combate à pobreza e elevação do bem estar social".

No ano passado, segundo informações do Ministério do Planejamento e do Banco Central, as despesas do governo federal com juros superaram os gastos somados dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento e Assistência Social —

responsável pelo Bolsa Família.

Enquanto o pagamento de juros da dívida pública do governo federal chegou a R\$ 614,55 bilhões em 2023 — superando os valores gastos em relação a 2022, quando os juros subtraíram R\$ 503 bilhões do orçamento da União —, as despesas pagas pelo Ministério da Saúde (R\$ 170,26 bi), pelo Ministério da Educação (R\$ 142,57 bi) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 265,291) chegaram a apenas R\$ 578,13 bilhões.

Para as centrais, a interrupção do processo de redução da taxa Selic e sua manutenção em 10,5%, configurando o 2º maior juro real do mundo, é um entrave para o setor produtivo, para a geração de empregos decentes e para o consumo das famílias brasileiras. Os bancos, por sua vez, lucraram R\$ 26 bilhões em um único trimestre.

"A alta taxa só beneficia a especulação e o rentismo. Ela restringe o potencial de crescimento do país e diminui a capacidade de investimentos em serviços públicos essenciais como educação,

saúde e infraestrutura, uma vez que obriga o governo a pagar mais juros pela dívida pública", diz a CTB em comunicado.

As entidades destacam que a orientação do atual presidente do Banco Central, Campos Neto, herança do des-governo Bolsonaro, vai no sentido inverso, de manter a taxa de juros alta em benefício dos rentistas.

"Baixar os juros é fundamental para a retomada do crescimento sustentável, com inclusão do povo trabalhador na economia para além da mera subsistência. A taxa de juros mais baixa proporciona crédito mais acessível para pessoas e empresas; incentiva o consumo; previne a inadimplência e incrementa investimentos em pequenas e médias empresas, entre outros", continua o texto.

Diante desse contexto, as centrais redobram os esforços para pressionar o BC a continuar reduzindo a taxa de juros. Em São Paulo, concentração terá início às 10 horas diante do Banco Central na Avenida Paulista.

"Juros da dívida extraíram do orçamento da União R\$ 614,55 bilhões em 2023", ressalta Adilson Araújo, presidente da CTB

Publicamos, a seguir, artigo de Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), publicado no portal Rádio Peão Brasil:

Mobilização nacional pela redução das taxas de juros

ADILSON ARAÚJO*

Aproxima-se a data definida pelas centrais sindicais para a realização de uma manifestação nacional pela redução das taxas de juros: 30 de julho, dia em que ocorrerão atos públicos em todos os estados e cidades que contam com agências do Banco Central.

É uma questão essencial hoje para a classe trabalhadora, os setores produtivos e a ampla maioria da nação brasileira, em que pese o fato do nosso povo não ter plena consciência da abrangência e consequências da política monetária.

A mídia neoliberal, banqueiros e rentistas estão mais uma vez pressionando o governo para realizar cortes profundos nos investimentos sociais, restringindo as despesas com a seguridade social. A pretexto de controlar o déficit público, promovem uma gritaria histórica contra "a ganância" do Estado, temperada com uma frenética especulação contra o real no mercado de câmbio.

NARRATIVA FALACIOSA

Apontam o crescimento das despesas sociais do governo decorrentes da política de valorização do salário mínimo como causa do desequilíbrio, enquanto recorrem a uma cínica conspiração do silêncio sobre a verdadeira origem do déficit, que é financeira.

Construindo uma narrativa unilateral e falaciosa, os arautos do mercado financeiro dizem que para colocar as contas em dia será preciso reformar a Constituição para desvincular o salário mínimo da correção de benefícios sociais, mirando principalmente as aposentadorias e o BCP (Benefício de Prestação Continuada).

Por conveniência, o discurso hegemônico opta por ignorar o peso extraordinário do pagamento dos juros da dívida pública no orçamento público e, por consequência, na determinação do desequilíbrio entre receitas e despesas governamentais.

NÚMEROS ELOQUENTES

No entanto, a realidade é gritante. Segundo informações oficiais, no ano passado os recursos do governo federal canalizados para o pagamento dos juros superou as despesas somadas de três ministérios, precisamente aqueles dedicados à saúde, educação e desenvolvimento social.

Vamos aos números, que são muito eloquentes. O Ministério da Saúde consumiu R\$ 170,26 bilhões em 2023, enquanto os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, respectivamente, gastaram R\$ 142,57 bilhões e R\$ 265,291 bilhões.

No total, as despesas dos três ministérios foram de R\$ 578,13 bilhões. Já o pagamento de juros da dívida pública do Governo Central somaram R\$ 614,55 bilhões no mesmo ano, com avanço significativo em relação a 2022,

quando os juros subtraíram R\$ 503 bilhões do orçamento da União.

TRANSFERÊNCIA PERVERSA

As verbas destinadas à saúde, educação e assistência social beneficiam centenas de milhões de brasileiros pobres ou remediados, ao passo que um seletivo grupo de banqueiros e rentistas, nacionais e estrangeiros enche as burras com o pagamento dos juros.

Configura-se neste processo uma perversa transferência da renda nacional da base para o topo da pirâmide social, exacerbando a escandalosa concentração da riqueza que infelizmente se transformou numa marca vergonhosa da nossa pátria amada.

Na contramão da versão hegemônica (mas, enganosa), é preciso conscientizar o povo brasileiro que a riqueza indecorosa de poderosos e ociosos rentistas é construída não através de trabalho dos próprios, mas subtraindo recursos arrecadados e administrados pelo governo que deveriam ser destinados à saúde, à educação, à habitação, à ciência, à cultura, à infraestrutura, ao desenvolvimento e ao bem estar social.

É imperioso reverter a lógica injusta que ainda hoje orienta a redistribuição da renda produzida pela nossa classe trabalhadora.

REDUÇÃO DOS JUROS

O caminho nesta direção passa em primeiro lugar pela redução substancial das taxas de juros, a taxa básica (Selic) definida pelos burocratas do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) e os spreads absurdos cobrados pelos bancos. Nada justifica o fato de que o Brasil ocupe agora o segundo no ranking dos juros reais mais altos do mundo.

Os juros altos constituem um grande obstáculo ao desenvolvimento nacional, deprimem os investimentos públicos, impedem o crescimento sustentável da economia e sabotam a criação de empregos decentes no país.

As forças democráticas e progressistas têm o dever de redobrar o trabalho de conscientização do povo sobre o tema com o objetivo de viabilizar vigorosas manifestações em todo o país pela mudança da política econômica e redução dos juros.

AMPLIAR A LUTA

Orientada por esta convicção, a CTB está intensificando os esforços de mobilização para garantir o êxito da manifestação nacional convocada unitariamente pelas centrais para o próximo dia 30.

É igualmente fundamental ampliar a dimensão desta luta envolvendo outros atores e forças prejudicadas pela política monetária imposta pela atual direção do Banco Central e interessadas na redução das taxas de juros.

Embora a iniciativa seja das centrais sindicais, esta luta não diz respeito apenas aos sindicatos ou mesmo ao mundo do trabalho, envolve também parte expressiva do empresariado e outros setores da nossa sociedade.

*Adilson Araújo é presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)



Claudio Fonseca condena projeto de privatização de escolas em SP: "Desastroso para a educação"

O presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) e ex-vereador de São Paulo, professor Claudio Fonseca, denunciou que o governador do Estado, Tarcísio de Freitas, "está prestes a dar um passo desastroso que pode destruir a qualidade da educação das nossas crianças e jovens".

De acordo com Fonseca, o projeto de privatização das escolas, anunciado por Tarcísio, transferindo para a iniciativa privada a construção, manutenção, vigilância e outros serviços essenciais, "compromete diretamente o futuro da nossa educação e o bem-estar dos nossos estudantes, priorizando o lucro ao invés da qualidade do ensino".

As empresas que vencerem a licitação receberão do Governo do Estado grandes montantes de recursos públicos para realizar a gestão das escolas. O critério de julgamento da licitação será o menor valor da contraprestação pública máxima a ser paga pelo governo, com o leilão previsto para o terceiro trimestre e a assinatura do contrato no final deste ano.

"A verdade é clara: a privatização dos serviços escolares é o primeiro passo para a degradação da educação pública. Colocar a gestão das escolas nas mãos de empresas privadas subordina o interesse público aos interesses econômicos. Precisamos nos unir e lutar para defender a escola pública, garantindo que o Estado cumpra com sua OBRIGAÇÃO de oferecer uma educação de qualidade para todos", afirmou.

Fiscais do MTE autuam produtores de café por trabalho escravo em MG

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Minas Gerais autuou ao menos três produtores de café por submeter 23 trabalhadores a condições análogas à escravidão. Entre os fazendeiros flagrados, dois são cooperados da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), a maior cooperativa de café do mundo, responsável por 10% das exportações brasileiras do grão, e que já esteve envolvida em outros casos de trabalho escravo.

Os trabalhadores, entre eles um adolescente de 16 anos, se encontravam em condições degradantes, sem fornecimento de água potável, sem acesso a banheiro e a local adequado para refeições.

Essas fiscalizações ocorreram entre os dias 17 e 20 de junho, em sete fazendas no sul de Minas Gerais, região responsável por 16% da produção nacional de café. Conforme a fiscalização, em todas elas foram encontradas irregularidades, mas o trabalho escravo ficou caracterizado em três. Os 23 resgatados vinham do Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais, e do Maranhão.

No Sítio Mata do Sino, de Marcos Florio de Souza, em Juruaia, seis trabalhadores foram resgatados. Dez pessoas foram resgatadas na Fazenda Cachoeirinha, em Nova Resende, que pertence a Wagner Freire da Silva. O terceiro flagrante, com resgate de sete pessoas, ocorreu em Alfenas, no Sítio de Ilha, de Luis Carlos Moreira.

As condições de trabalho variavam em cada uma das três fazendas, mas em todas os trabalhadores atuavam na informalidade, sem qualquer direito trabalhista garantido por lei.

Eles eram cobrados pelo aluguel das derradeiras, equipamento usado para acelerar a colheita do grão, pela gasolina usada nes-

sas máquinas e pelos alojamentos. Todos esses descontos são ilegais. Após o resgate, os produtores assinaram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e realizaram o pagamento de verbas rescisórias. Só neste mês de julho, segundo as informações do portal Intercept Brasil, os dados mostraram que, apesar das multas e outros pagamentos, escravizar trabalhadores sai barato. Em 2023, foram resgatadas 3.190 pessoas em condições análogas à escravidão em todo o Brasil, e os empregadores flagrados pagaram apenas, em média, R\$ 4.115,89 por pessoa em verbas rescisórias. Isso equivale a pouco mais de três salários mínimos. Nem sequer dá conta do que o trabalhador perdeu durante o tempo de serviço.

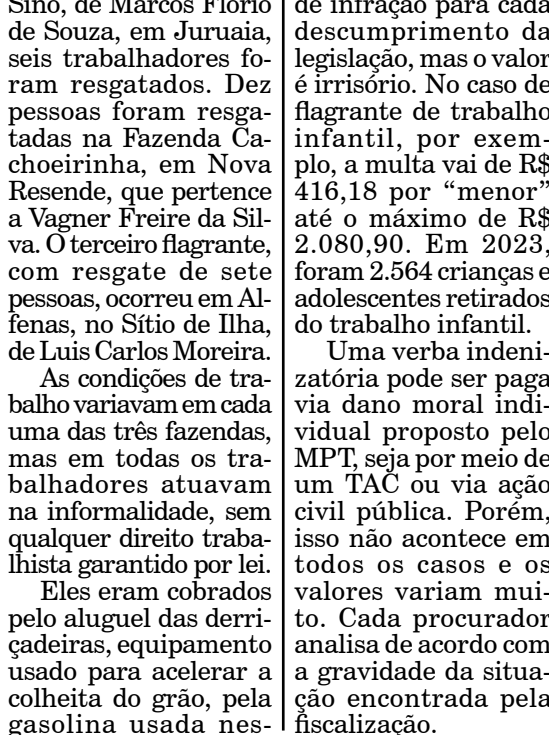
As verbas rescisórias são todos os direitos que o trabalhador teria se tivesse sido contratado regularmente desde o início do trabalho, incluindo salário de acordo com piso da categoria, 13º salário, férias, horas extras. A fiscalização também aplica multas referentes aos autos de infração para cada descumprimento da legislação, mas o valor é irrisório. No caso de flagrante de trabalho infantil, por exemplo, a multa vai de R\$ 416,18 por "menor" até o máximo de R\$ 2.080,90. Em 2023, foram 2.564 crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.

Uma verba indenizatória pode ser paga via dano moral individual proposto pelo MPT, seja por meio de um TAC ou via ação civil pública. Porém, isso não acontece em todos os casos e os valores variam muito. Cada procurador analisa de acordo com a gravidade da situação encontrada pela fiscalização.

Paulo Pinto/Agência Brasil

Reprodução

CTB



Corte de Haia condena Israel por ocupação de território da Palestina



Corte Internacional de Justiça aponta crimes do regime de ocupação israelense

União Europeia repudia a lei de Israel que desconhece direito palestino a seu Estado

A União Europeia condenou a resolução aprovada pelo Knesset, o parlamento de Israel, rejeitando o estabelecimento do Estado da Palestina e a Solução de Dois Estados, mesmo que seja parte de um acordo negociado com Israel.

"Há um forte consenso na comunidade internacional de que a única solução sustentável que trará paz e segurança ao Oriente Médio é a Solução de Dois Estados", ressaltou a UE nesta quinta-feira, 18, em comunicado à imprensa, em repúdio à usurpação de Netanyahu contida na lei que nega as resoluções da ONU, inclusive a que criou o Estado de Israel ao lado do Estado da Palestina em 1947.

Afirmando que palestinos e israelenses têm o mesmo direito de viver em segurança, dignidade e paz, o bloco europeu reiterou seu compromisso inabalável com a paz duradoura e sustentável de acordo com as resoluções da ONU, incluindo as Resoluções do Conselho de Segurança, 2735, 2728, 2720 e 2712, como base para a Solução de Dois Estados.

A declaração acrescentou: "Em linha com sua posição comum de longa data e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a UE não reconhecerá mudanças nas fronteiras de 1967,



Palestinos em deslocamento sob bombas de Israel

a menos que haja acordo entre as partes".

"Continuaremos a trabalhar ativamente com parceiros internacionais e regionais para reviver um processo político para esse fim. Um caminho confiável para o Estado palestino é um componente crucial desse processo político. Nenhuma esperança, nenhum horizonte para o povo palestino só aprofundará o conflito", finalizou.

Somando-se de forma contundente à UE, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França reafirmou a sua condenação à resolução do Knesset, sublinhando que é contrária às resoluções adotadas no Conselho de Segurança.

Destacando que a Solução de Dois Estados é a única que garante uma paz justa e duradoura para israelenses e palestinos, bem como a estabilidade da região, o Ministério apelou

a que não se questione mais esta necessidade reconhecida pela esmagadora maioria da comunidade internacional.

Denunciou a profanação e "as violações do status quo por parte do ministro israelense da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, na Esplanada das Mesquitas em Jerusalém", e estimou que essas "ações irresponsáveis ameaçam piorar a destabilização da região".

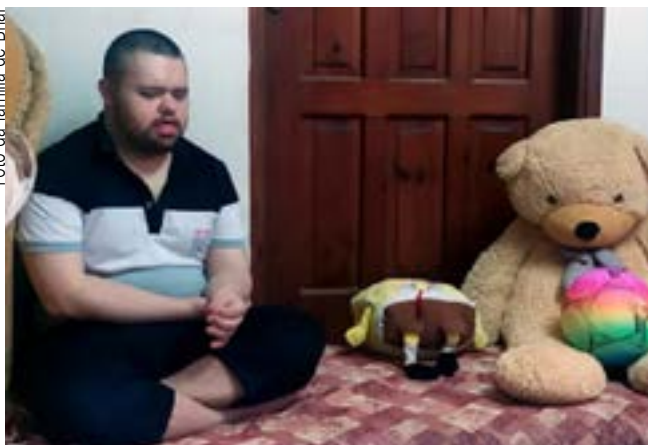
O Ministério francês reafirmou "a necessidade de implementar a Solução de Dois Estados que coexistam lado a lado em paz e segurança, incluindo o estabelecimento de um Estado da Palestina soberano, viável e geograficamente conectado, bem como um compromisso firme e corajoso dos líderes políticos israelenses e palestinos em favor da paz".

Israelenses atacam cão contra jovem de Gaza com síndrome de Down, que morre dos ferimentos

Uma mãe palestina está de luto pelo assassinato de seu filho com síndrome de Down pelo exército genocida de Israel. Muhammed Bhar, de 24 anos, com síndrome de Down e autismo, foi morto em 3 de julho, quando forças israelenses, com cães, invadiram sua casa na cidade de Gaza no bairro de Shejaiya.

Em junho, quando o exército israelense ordenou a evacuação de Shejaiya a pretexto de perseguir combatentes do Hamas, a família Bhar já estava exausta de ser expulsa várias vezes e procurar refúgio só para sofrer com os bombardeios nestas repetidas vezes.

"Nós evacuamos cerca de 15 vezes. Nós fomos para a casa de Jibreel, mas fomos bombardeados na casa de Jibreel. Nós fomos para a praça Haydar, mas fomos bombardeados na praça Haydar. Nós fomos para Rimal, mas então Rimal foi bombardeada. Nós fomos para a praça Shawa, mas fomos bombardeados na praça Shawa," disse a mãe de Muhammed, Nabila Bhar em entrevista para a BBC.



Bhar em seu quarto antes do ataque israelense

Muhammed, com síndrome de Down e autismo, vivia em um estado de pavor com barulhos de tiros e bombas. "Ele entrava em pânico e dizia, 'estou assustado, assustado,'" relatou Nabila.

INVASÃO

Quando o exército israelense invadiu a casa da família Bhar, Nabila implorou aos soldados para manter o cão de combate afastado de seu filho, mas deixaram que o cão atacasse Muhammed mordendo-o no peito e na mão. "Não, não, não," murmurou o jovem Muhammed, sem compreender direito o que estava acontecendo.

Os soldados separaram Muhammed de sua família, falaram que iriam tratar de seus ferimentos, prometendo trazer um médico para tratá-lo, coisa que não aconteceu, e forçaram a família a sair de sua casa sob mira de armas. Dois irmãos de Mohammed foram presos. A família teve de procurar abrigo em um prédio bombardeado e ficou sem saber o que acontecera com ele.

Uma semana depois a família Bhar retornou para casa e encontrou o corpo sem vida de Muhammed. Eles enteraram Muhammed em um beco entre as casas, sem documentação.



Sandra Hemme, ao centro, com irmã e mãe injustamente presa há 43 anos, mulher é libertada de cárcere nos EUA

Sandra Hemme, uma mulher que ficou presa injustamente por 43 anos, foi libertada na sexta-feira (19) no Estado do Missouri, nos Estados Unidos, depois de sua condenação por assassinato ter sido anulada, e pôde se reunir com sua mãe e sua irmã.

Hemme, que tem 64 anos, estava cumprindo pena de prisão perpétua pela morte de Patricia Jeschke, funcionária de uma biblioteca, em 1980. Agora em junho, um juiz decidiu que os advogados que pediram a anulação da condenação apresentaram provas claras e convincentes da inocência da acusada.

De acordo com o site "Innocence Project" (IP), especializado em casos de condenações injustas, "nenhuma testemunha ligou a Sra. Hemme ao assassinato, à vítima ou à cena do crime". Ela não só não tinha motivo para machucar Jeschke, como sequer havia qualquer evidência de que as duas tivessem se conhecido.

As "únicas evidências" foram "suas próprias confissões falsas e não confiáveis", arrancadas enquanto Hemme era tratada em um hospital psiquiátrico estadual e medicada "à força".

Em suma, uma "confissão" arrancada de uma paciente em surto, no Departamento de Polícia de St. Joseph, no Missouri, cidade onde ocorreu o crime, ocultou evidências que incriminavam um de seus agentes. "O policial Michael Holman, que foi encontrado usando o cartão de crédito da vítima no dia seguinte ao assassinato; cujo caminhonete foi vista estacionada perto da casa da vítima no momento em que ela foi morta; e cujo armário foram descobertos os brinco da vítima; e que nos meses anteriores e posteriores ao assassinato da Sra. Jeschke cometeu muitos outros crimes contra mulheres."

Na decisão, o juiz Ryan Hosman observou que "o advogado do julgamento teve um desempenho deficiente ao não apresentar evidências prontamente disponíveis que estabelecessem a condição psiquiátrica prejudicada da Sra. Hemme, medicação pesada e efeitos colaterais físicos e mentais que ela sofreu durante seus interrogatórios", e prejudicou a Sra. Hemme.

"Dado que as suas declarações eram a única prova que a ligava a este crime, a falha do advogado em apresentar provas que teriam permitido ao júri concluir que ela era incapaz de compreender ou incapaz de relatar de forma fiável e comunicar com os seus interrogadores privou-a de um pilar central da sua defesa", ressaltou Hosman.

O Tribunal concluiu que as evidências que implicavam o Sr. Holman eram tão significativas que seria difícil imaginar que o Estado pudesse provar a culpa da Sra. Hemme e decidiu por exonerá-la.

Segundo a CNN, após a libertação Hemme seguirá tendo de cumprir condições especiais. Hemme foi representada pelos advogados Jane Pucher, Andrew Lee e pelo professor de direito Sean O'Brien. O programa Innocence Project, desde 1992 já libertou 251 inocentes, que em média foram presos aos 27 anos de idade e ficaram indevidamente encarcerados por cerca de quatro décadas.

Japão leva 76 anos para reconhecer danos às vítimas de esterilização forçada sob a "Lei da Eugenia"

Após 76 anos, finalmente o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida pediu formalmente desculpas às vítimas da perversa política de esterilização forçada sob a "Lei de Proteção da Eugenia" que vigorou por 48 anos até 1996, e anunciou que o governo não iria recorrer da decisão final da Suprema Corte reiterando seu caráter inconstitucional e ordenando o pagamento de indenização. 25.000 pessoas foram esterilizadas à força no Japão, e lutam há décadas por indenização e por pedido de desculpas, e muitos já faleceram sem ver a justiça remediada.

A Suprema Corte anunciou sua decisão no dia 3 e o governo Kishida levou duas semanas para cumpri-la. "Peço sinceras desculpas por isso em nome do governo. Tais medidas são uma violação da dignidade humana, o que não deveria ter acontecido, isto é uma violação dos direitos humanos", afirmou o chefe do governo japonês.

Como registrou o jornal Asahi Shimbun, foi uma "vitória histórica" para os idosos demandantes. Como a lei foi revogada em 1996, como dito, decorre que foram três décadas de procrastinações abjetas.

Kishida enfatizou que a lei antiga era contrária à constituição e admitiu que, como o governo japonês a implementou por 48 anos, a responsabilidade por isso é extremamente grande.

As assim chamadas "Leis de Proteção à Eu-

genia" grassaram do final do século 19 até boa parte do século 20, inclusive tendo sido abraçadas e levadas às últimas consequências pelo nazismo, com base em preconceitos racistas e degenerados, em nome de uma pseudociência.

Na versão japonesa de 1948 – já sob a ocupação norte-americana – a Lei de Proteção Eugênica pretendia "impedir o nascimento de descendentes defeituosos" e estipulava que pessoas com deficiências ou certas doenças poderiam ser esterilizadas à força.

O que a Suprema Corte fez foi decidir se o prazo prescricional de 20 anos se aplicava ao caso, determinando que, tendo em vista sua inconstitucionalidade, o direito de buscar reparação deveria continuar e que o governo é responsável por indenizar as vítimas.

Desde que a lei foi considerada inconstitucional e revogada, o governo manobrou para evitar a reparação da violência sofrida pelas vítimas.

Tribunais haviam chegado a decisões conflitantes em cinco casos, com quatro considerando que não havia prescrição e um, pela prescrição. Pelo menos agora, o governo teve a decência de não apelar, o que na prática significaria deixar que coubesse à morte dos idosos o fim da questão.

As vítimas da esterilização forçada são todas idosas, e seus advogados têm exigido que o governo lhes preste socorro total o mais rápido possível.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopoovo.com.br

Biden desiste de sua candidatura depois de persistente pressão



Joe Biden desiste, por fim, de manter sua candidatura à reeleição em novembro

Trump foi à Convenção insistir que foi garfado em 2020 e destilar ódio racista a imigrantes

Com a aclamação do ex-presidente Donald Trump como o candidato do partido, terminou na noite de quinta-feira (18) a Convenção Nacional Republicana, com 18 mil participantes extasiados com a presença daquele que, supostamente, o próprio Todo-Poderoso teria salvo milagrosamente no sábado; a participação de um astro de luta livre e de Dana White, da UFC; promessas de deter a decadência norte-americana e deportar imigrantes em massa; 100 mil balões vermelhos, brancos, azuis e dourados caídos do teto, espetáculo que marcou a conclusão da hegemonização pelo trumpismo fascista do que já foi o partido de Lincoln, e depois, de Eisenhower, Nixon, Reagan e Bush.

Apesar de declarações iniciais de Trump, com um curativo na orelha, de que, transformado pela experiência de quase morte, governaria para “todos os americanos”, não para “metade da América” e que “a discórdia e a divisão na nossa sociedade devem ser curadas”, ao longo da peroração de 92 minutos ficou claro que o que ele propunha era a unidade em torno de sua agenda.

Ele logo se referiu à “louca Nancy Pelosi”, repetiu suas alegações de que foi roubado na eleição de 2020 e perseguido judicialmente, atacou o presidente do principal sindicato operário norte-americano, citou o “vírus da China” e despejou um vomitório infame contra os imigrantes. Como ironizou o portal Axios, “o ‘novo’ Trump acalmou e silenciou a nação por 28 minutos na noite passada. Em seguida, o velho Trump voltou e folgo, latiu e entediou a América por mais 64 minutos.”

Talvez nada retrate melhor isso do que a enxurrada de ódio despejada contra imigrantes que chegam pela fronteira sul, de ascendência hispânica, na maior parte, escolhidos pelo trumpismo racista como bode expiatório preferencial. “Vivemos a maior invasão do mundo. Imigrantes de países de terceiro mundo chegam aqui com pedras. Há gangues perigosas chegando e entram juntas aqui. Os países de origem não os aceitam de volta”, afirmou Trump sem ocultar o racismo e xenofobia. “Hoje, nossas cidades estão inundadas de estrangeiros ilegais. Os americanos estão sendo expulsos da força de trabalho e os seus empregos estão sendo tomados”, continuou. “Eles vêm de prisões, vêm de instituições mentais e manicômios”, disse Trump, culpando os imigrantes pela criminalidade e por todos os outros males sociais nos Estados Unidos. “Viramos um depósito do mundo, que está rindo de nós. Eles acham que somos burros”.

DECADÊNCIA

“Os 10 piores presidentes combinados não causaram tanto dano quanto Biden”, asseverou Trump, tentando culpar Biden pela decadência norte-americana em curso e exaustão da ditadura unipolar sobre o planeta instaurada após o fim da Guerra Fria, o que se agravou desde o crash de 2008, bem como pelas mudanças tectônicas, da emergência

Arce anuncia construção de 150 fábricas na Bolívia

O governo do presidente Luis Arce Catacora está impulsionando a indústria manufatureira nacional com o investimento de mais de 11 bilhões de bolivianos (US\$ 1,6 bilhão) na construção de “63 plantas industriais grandes e estratégicas” para o desenvolvimento soberano.

O anúncio foi feito nesta terça-feira (16) pelo vice-ministro de Políticas de Industrialização, Luis Siles, frisando que estas fábricas fazem parte das 150 plantas que o presidente Arce planejou para a industrialização da Bolívia, e consolidar o crescimento com a diversificação de receitas durante o seu mandato presidencial. “Para estas 150 indústrias temos um investimento de mais de 29 bilhões de bolivianos (US\$ 4,2 bilhões) e esperamos gerar pelo menos 32 mil empregos, entre diretos e indiretos”, assinalou. Conforme Siles, “é importante ressaltar que o processo de industrialização está avançando”. “Não são pedrinhas, mas sim imensas indústrias que valem bilhões de bolivianos que estão gerando dinamização da economia, e que muitas delas já se encontram em funcionamento”. Apenas neste ano, acrescentou, estão previstas as inaugurações de 25 indústrias, que representam uma injeção de 2,26 bilhões de bolivianos (US\$ 328 milhões).

Estes investimentos em marcha, assinalou o ministro, reforçam o Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo do país andino, e dão um forte apoio ao setor produtivo privado por meio da procura de insumos e serviços. Segundo o ministro, “quando falamos sobre industrialização temos três vantagens: uma que tem a ver com o desenvolvimento das economias locais, outra que tem a ver com a soberania alimentar e outra que tem a ver com insumos para outras indústrias”. “Para a construção das plantas industriais foram consideradas as virtudes de cada região”, apontou Siles, explicando que a instalação de cada fábrica acelera o desenvolvimento local, uma vez que estas indústrias exigem instalações de serviços das quais o município também beneficia. Com estes investimentos, recordou, “estamos trazendo água, gás, energia trifásica, serviços básicos não só em nível doméstico, mas industrial”. “Assim, cada vez que se ergue uma fábrica estamos gerando desenvolvimento na comunidade”, sublinhou.

Luis Arce informou na segunda-feira (15) a descoberta de uma reserva de gás natural de 1,7 trilhão de pés cúbicos (TCF) ao norte de La Paz, o que tornaria Mayaya Centro-X1 o tercei-

Pressão que já vinha acontecendo por tropeços do presidente em diversos eventos públicos, exacerbou-se após desastroso desempenho no debate com o republicano Donald Trump

Sob crescente pressão para desistir de sua candidatura, depois da desastrosa participação no debate com o rival Trump, há pouco mais de 20 dias, quando não soube responder às mentiras do candidato dos republicanos, nem apontar o perigo fascista do seu adversário, sem conseguir apresentar seus pontos de vista com firmeza e sem olhar direto para a câmera, desistiu neste final de domingo de concorrer à reeleição pelo Partido Democrata.

Dizendo que servir como presidente foi “a maior honra de sua vida”, apontando realizações secundárias de seu mandato, Biden que viu anos de crescimento pífio dos Estados Unidos, mergulhou o país e levou junto os submissos governos europeus em uma guerra de sanções contra a Rússia, abriu guerra comercial com a China e participou de forma indireta em milhares de toneladas de bombas para armar o genocídio de Israel contra o povo palestino em Gaza, afirma agora que reconhece que sua desistência é o melhor que pode fazer pelo país.

Após desistir de sua candidatura, Biden sinalizou reforço a uma das possíveis opções na candidatura democrata, sua vice Kamala Harris, a qual, segundo Biden tem sido “uma parceira extraordinária” e, em postagem pelo X, declarou seu “pleno apoio à indicação de Kamala por ser a indicada pelo nosso partido este ano”. E finalizou com o chamado: “Democratas, chegou a hora de nos unirmos para derrotar Trump. Vamos fazer isso”.

Biden declarou que pretende permanecer no posto até o final de seu mandato em janeiro de 2025 e que dedicará todas as energias ao melhor desempenho deste mandato. Disse ainda que vai fazer um pronunciamento à nação durante a semana com “mais detalhes sobre minha decisão”. No começo, foram alguns congressistas, depois, os doadores, e logo a grita chegou aos mais altos escalões. Os líderes democratas na Câmara e no Senado – Hakeem Jeffries e Chuck Schumer – disseram diretamente a Biden que ele não só perderia a Casa Branca, mas também colocaria em risco os esforços do partido para reconquistar a Câmara.

O ex-presidente Obama disse a pessoas de seu entorno que Biden deveria reconsiderar sua candidatura à reeleição, revelou o jornal

The Washington Post. Obama acha que as chances de vitória de Biden, de 81 anos, diminuíram e que ele deveria “considerar seriamente a viabilidade de sua candidatura”, conforme fontes próximas ao ex-presidente.

A CNN já tinha revelado na quinta-feira outra conversa privada entre Pelosi e Biden ocorrida na semana passada e na qual a veterana congressista alertou o presidente que perderia as eleições para a Casa Branca e arrastará o Congresso com ele. Mostrando que os republicanos não pretendem arrefecer no baixo nível usado até aqui durante a atual campanha presidencial, o presidente do Comitê Nacional Republicano, Richard Hudson, chamou a desistência de Biden de “escândalo de proporções históricas” e destilou mais veneno: “Nosso presidente está incapacitado. Os democratas sabiam disso e mentiram ao povo norte-americano para encobrir isso”.

“Se o presidente é mentalmente inadequado para a campanha, é mentalmente inadequado para ter os códigos nucleares”, verberou Hudson.

Como se as mentiras de Trump sobre o escandaloso ataque ao Capitólio e sua negativa em reconhecer a derrota em 2020, e acerca das dezenas de fraudes pelas quais tem sido incriminado, o ódio racista durante a campanha atual voltado contra os imigrantes, ou escondendo haver incendiado o país através do preconceito racial contra os negros, durante seu mandato, lhe dessem qualquer condição de presidir o país.

Como se a demência fascista de Trump não tivesse importância ameaçadora para os EUA, um dos assessores do candidato republicano partiu para o ataque: “todo o partido Democrata tem sido cúmplice em esconder a demência senil de Joe Biden por quatro anos”.

A pressão sobre Biden vinha se acelerando nos últimos dias, com cada vez mais figuras democratas, do porte do ex-presidente Barack Obama, da ex-presidente da Câmara, Nancy Pelosi, e do líder da maioria no Senado, Chuck Schumer, sinalizando ao atual presidente que ele precisaria abrir mão da candidatura, o que só se tornou mais urgente após o atentado contra Trump e o proveito que este está tirando disso.

Pesquisa recente apontou que 72% dos norte-americanos entrevistados queriam a desistência de Biden.



Consumo interno impulsionou a produção industrial chinesa (MMS)

PIB da China cresceu 5% no primeiro semestre de 2024

O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 5% no primeiro semestre de 2024 para atingir US\$ 8,49 trilhões (aproximadamente 46 trilhões de reais), mostram dados do Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS na sigla em inglês), divulgados na segunda-feira (15), confirmando a força da segunda maior economia do mundo.

No segundo trimestre, o PIB da China cresceu 4,7% ano a ano, diminuindo ligeiramente em relação ao crescimento de 5,3% registrado no primeiro trimestre.

Autoridades e analistas chineses apontaram que os fundamentos da economia permanecem positivos e devem melhorar ainda mais no segundo semestre, listando uma série de impulsionadores econômicos de destaque, incluindo o consumo interno, a atualização industrial em andamento, exportações robustas, bem como investimento substancial em manufatura de ponta.

O crescimento estável de 5% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado coloca a China em um caminho firme para atingir sua meta de crescimento econômico anual de cerca de 5%, disseram economistas, o que é uma nova evidência que refuta diretamente as visões pessimistas de certos veículos de mídia ocidental sobre a economia chinesa, assinala o site Global Times.

“As operações da economia chinesa permaneceram estáveis, apesar de um ambiente global e doméstico complexo, alcançando não apenas crescimento em quantidade, mas também melhoria em qualidade [nos primeiros seis meses]. Esta é uma situação econômica louvável e sólida”, afirmou um porta-voz do NBS nesta segunda-feira, de acordo com uma declaração no site do Escritório.

O porta-voz também enfatizou que, para uma economia tão grande quanto a da China, manter uma taxa de crescimento média de cerca de 5% é, por si só, um fato também verdadeiramente notável.

CONSUMO E INDÚSTRIA

O consumo continuou desenvolvendo um papel chave no impulso do crescimento. O consumo final contribuiu com 60,5 por cento para a expansão econômica no primeiro semestre, marcando mais de 3 pontos percentuais para o crescimento do PIB.

A atividade industrial continua sendo o principal motor da economia, parcialmente alimentada pela demanda externa resiliente. O valor agregado produzido pelas empresas industriais saltou 6% ano a ano nos primeiros seis meses, com o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade.

Analisando os números, a produção de equipamentos de impressão 3D, veículos de nova energia e produtos de circuito integrado saltou 51,6%, 34,3% e 28,9%, respectivamente, no mesmo período.

As vendas no varejo de bens de consumo nos primeiros seis meses aumentaram 3,7%, e o investimento em ativos fixos aumentou 3,9%, mostraram dados do NBS. Em particular, o investimento em indústrias de alta tecnologia disparou impressionantes 10,6% ano a ano.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br



Kim Jong-un na solenidade de inauguração de 10 mil unidades residenciais (Yonghar News)

Coreia Popular constrói 50 mil moradias na capital Pyongyang

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC), está desenvolvendo um projeto de construção de moradia popular de 50.000 apartamentos até 2025 localizados na capital do país, Pyongyang, anunciou a Agência Central de Notícias da Coreia.

Em 17 de abril deste ano, o líder da RPDC, Kim Jong-un, comemorou a conclusão da construção de 10.000 novos apartamentos em uma cerimônia de inauguração no bairro de Hwasong. Foi o segundo conjunto de moradia já construído, o outro fica no bairro de Songhwa, totalizan-

do 30.000 apartamentos construídos até agora desde o começo do projeto em 2021. De acordo com a agência de notícias, Kim Jong-un pediu que os trabalhadores alcancem suas metas e “transformem a capital Pyongyang em uma cidade civilizada mundialmente famosa”. O governo norte coreano, por causa das dificuldades econômicas criadas pelas sanções americanas, criou esse projeto em um esforço de investir na população e melhorar a economia do país criando empregos e ampliando as opções de moradia.



Obama e Pelosi, ex-presidente da Câmara, teriam conversado com o presidente Joe Biden em particular

Banco Central: muito além da Selic, por Paulo Kliass

“O fato inegável é que o Brasil tem se mantido ao longo dos anos como um verdadeiro paraíso para o povo das finanças globais”

PAULO KLIASS*

Ao longo das últimas décadas, a atuação do Banco Central (BC) tem permanecido bastante tempo sob o holofote da imensa maioria da sociedade. Até mesmo a grande imprensa especializada em assuntos econômicos e financeiros não tem como escapar da realidade escandalosa de nosso patamar de taxa de juros oficial. Por mais que os grandes meios de comunicação mantenham relações bastante incestuosas com o universo do financismo, é impossível não tratar da irracionalidade dos níveis de nossa SELIC e mesmo da taxa real de juros, aquela que se obtém por meio da subtração da inflação da taxa nominal.

O fato inegável é que o Brasil tem se mantido ao longo dos anos como um verdadeiro paraíso para o povo das finanças globais. O processo intenso de financeirização e de bancarização de nossa sociedade tem operado como alicerces para o incremento da espoliação que o sistema financeiro promove sobre o conjunto dos demais ramos da economia e das classes sociais. A existência de um fenômeno impressionante de concentração e de oligopolização dos conglomerados que atuam na área deveria provocar também um olhar e uma intervenção mais arguta das instituições estatais encarregadas de tais funções.

É importante lembrar que as funções do BC em nossa sociedade e na economia vão muito além do que a responsabilidade legal pela definição da SELIC. O Comitê de Política Monetária (COPOM) é composto exatamente pelos nove membros que integram a diretoria do banco. Assim, eles se reúnem a cada 45 dias para discutir a conjuntura econômica brasileira e internacional com o intuito de estabelecer os níveis da taxa referencial de juros. No entanto, o BC é o órgão regulador e fiscalizador do sistema bancário e financeiro como um todo, além de ser responsável pela condução da política cambial e dos diferentes regimes e sistemas de crédito existente no País.

A EXPLORAÇÃO DO FINANCIAMENTO

Na condição de organismo similar a uma agência reguladora, o banco deveria atuar para evitar distorções no mercado bancário e de crédito, tendo em vista a enorme concentração de poder em mãos de pouquíssimas empresas no setor. Os mastodontes privados que operam no financismo em nossas terras podem ser contados nos dedos das mãos. A eles se somam os



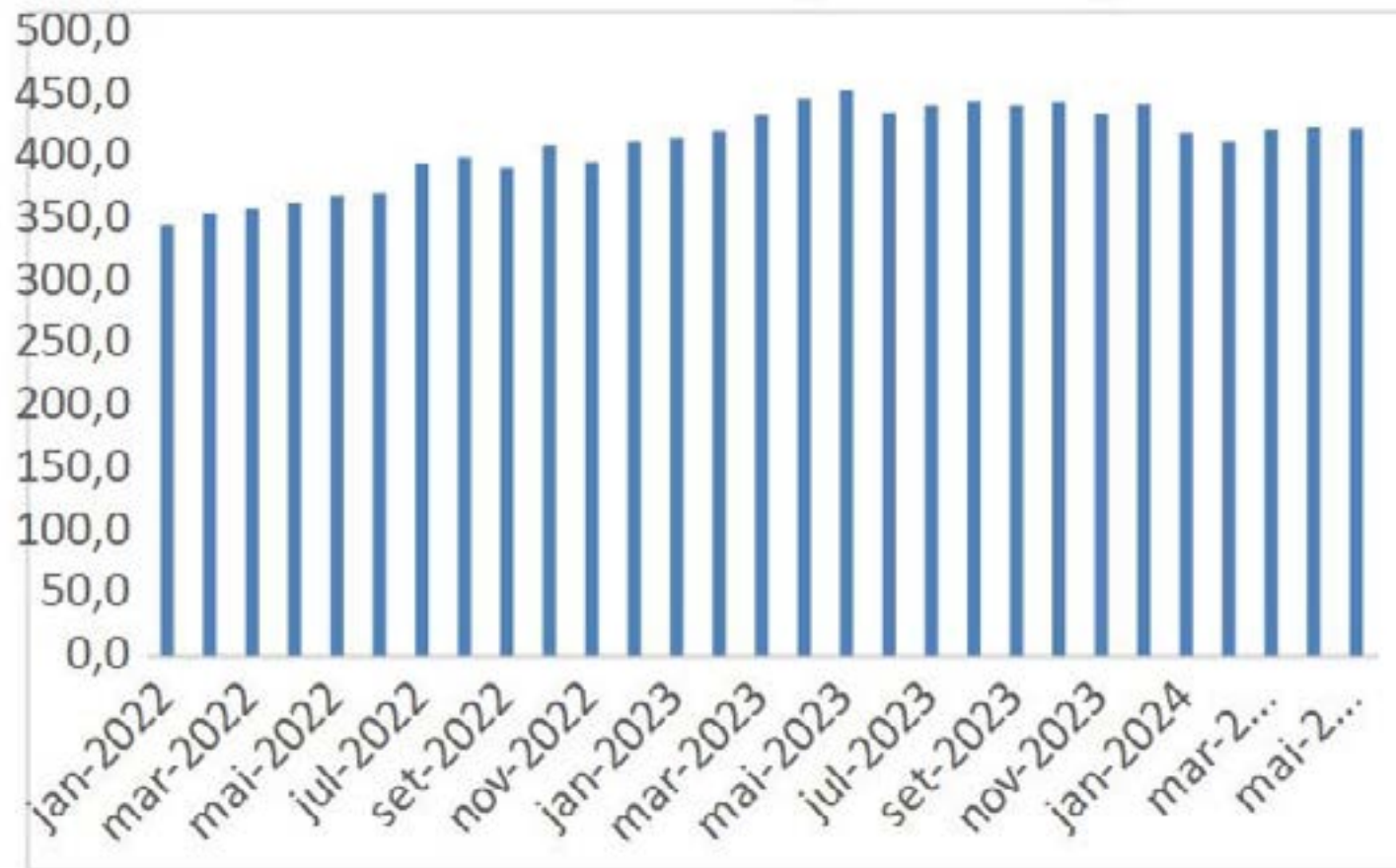
* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal. Foto: ANESP

bancos públicos federais, que deveriam se comportar enquanto instituições de crédito governamentais e não se orientarem pela lógica de seus concorrentes privados.

O BC não disponibiliza informações mais detalhadas em seu “Relatório da Economia Bancária”. No entanto, na edição relativa ao ano de 2023, o que se pode observar é uma tremenda concentração nos 4 maiores grupos de bancos. Assim, a porção comandada pelo conjunto de Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Bradesco e Itaú representam sempre índices entre 55% e 60% para variáveis relevantes, como total de depósitos totais, ativos totais e volume das operações de crédito. Caso fossem incluídos outros grandes grupos no cálculo, os níveis de concentração ficariam ainda mais evidenciados. No que se refere a lucros anuais, por exemplo, a participação dos 5 maiores grupos no total dos ganhos do sistema foi de 74%.

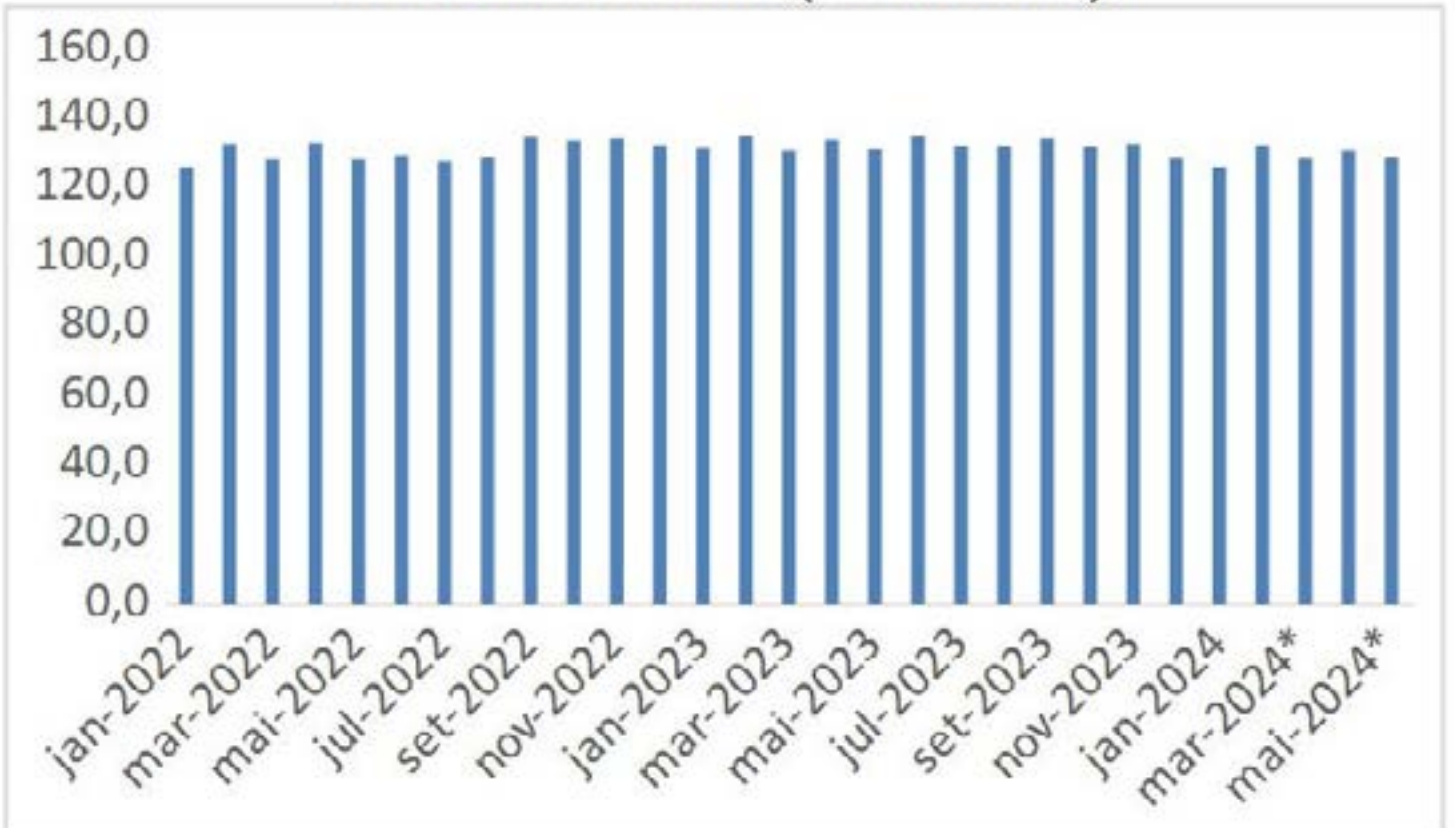
Ora, sob tais condições, a missão de um órgão regulador e fiscalizador é assegurar condições mínimas de concorrência e de ética no funcionamento dos chamados “agentes econômicos” para evitar super exploração dos mesmos sobre a parte mais fraca da relação. Esse é o caso típico de ocorrência de abuso do poder econômico dos bancos sobre o conjunto dos clientes, sejam eles empresas, famílias ou indivíduos. Porém, historicamente, o BC sempre fez cara de paisagem sobre tal quadro de existência da mais completa assimetria de poder entre as partes envolvidas na relação eco-

Taxa de Juros - Cartão de Crédito Rotativo Pessoas Físicas (% ao ano)



Fonte: BC

Taxa de Juros - Cheque Especial Pessoas Físicas (% ao ano)



Fonte: BC

nômica e financeira

SPREADS ABUSIVOS E LUCROS EXORBITANTES

Uma das evidências mais cristalinas de tal distorção pode ser identificada na prática dos chamados spreads. Trata-se da diferença observada entre as taxas de captação de recursos junto ao público e as taxas de empréstimos praticadas pelos bancos. Nesse quesito o Brasil também ocupa tristemente uma posição de destaque no campeonato mundial da modalidade. E em nenhum momento ao longo de seus quase 60 anos de existência o BC esboçou qualquer iniciativa para controlar essa prática deletéria. O que mais im-

pressiona é a capacidade de acomodação da sociedade brasileira a tais condições, como havia ocorrido com níveis elevados de inflação ou de financeirização. A flagrante condição de anormalidade do sistema sobrevive e com o tempo ela se “naturaliza”, em prejuízo da absoluta maioria que se percebe como dependente dos grandes bancos.

Os gráficos abaixo exibem a média de spreads praticados pelo sistema. O campeão absoluto é o relativo ao cartão de crédito rotativo. Ali as taxas para o período 2022 a 2024 sempre estiverem próximas ou superiores a 400% ao ano. Uma loucura!

Em seguida, aparecem os spreads envolvendo as

taxas do cheque especial. Aqui também os bancos cobram de seus clientes algo entre 120% e 140% de juros ao ano.

Finalmente, os diferenciais observados nas operações de crédito pessoal apresentam taxas próximas a 40% ao ano.

Ora, em todas estas modalidades, o BC jamais atuou para impedir tais práticas, que se caracterizam por uma super exploração econômica e financeira. Afinal, esta deveria ser a primeira medida a ser adotada por uma agência reguladora cuja direção não esteja capturada pelos interesses dos conglomerados sobre as quais deveria vigiar e controlar. O mesmo raciocínio poderia ser reali-

zado no que se refere à cobrança de tarifas abusivas por tais empresas.

Assim, o que se percebe é que a agenda da direção do BC deveria incorporar uma série de outros temas relevantes, que vão muito além do estabelecimento do patamar da SELIC. Espera-se que a nomeação do próximo presidente da instituição a partir de dezembro e a composição da direção da mesma com uma maioria de membros nomeados pelo Presidente Lula seja o início de mudança, ou seja, o começo de uma gestão do BC que atenda efetivamente aos desejos e anseios da maioria da população e das empresas que atuam o setor real da economia.